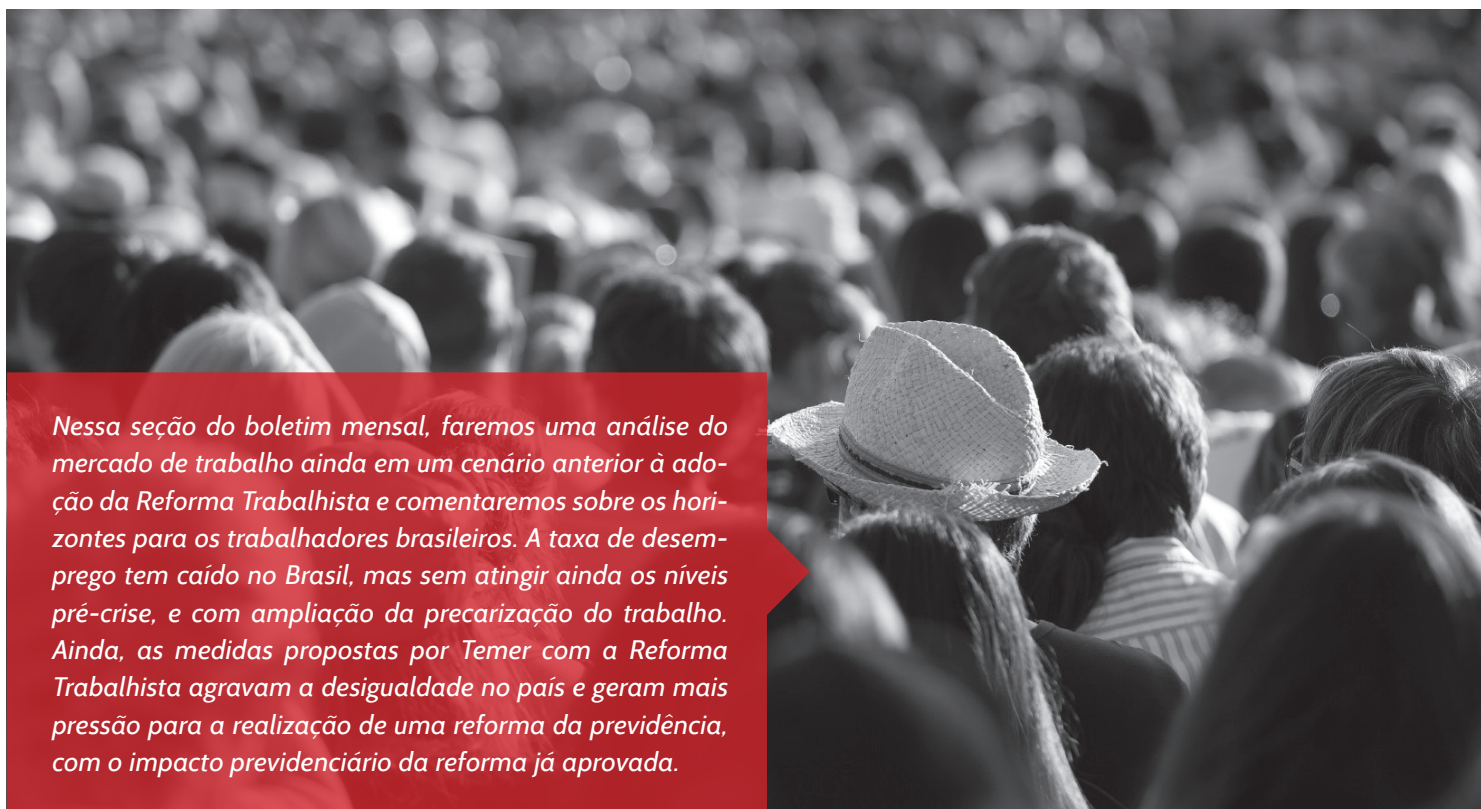


# SOCIAL



*Nessa seção do boletim mensal, faremos uma análise do mercado de trabalho ainda em um cenário anterior à adoção da Reforma Trabalhista e comentaremos sobre os horizontes para os trabalhadores brasileiros. A taxa de desemprego tem caído no Brasil, mas sem atingir ainda os níveis pré-crise, e com ampliação da precarização do trabalho. Ainda, as medidas propostas por Temer com a Reforma Trabalhista agravam a desigualdade no país e geram mais pressão para a realização de uma reforma da previdência, com o impacto previdenciário da reforma já aprovada.*

## Desemprego cai com aumento dos sem carteira

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a taxa de desocupação no trimestre julho-agosto-setembro 2017 foi de 12,4%, recuando 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre abril-maio-junho (13,0%) e com alta de 0,6 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2016, quando foi de 11,8%. O rendimento médio real habitual manteve estabilidade frente ao trimestre anterior e em relação ao mesmo trimestre de 2016. Já a massa de rendimento real habitual cresceu nas duas comparações.

A população desocupada caiu em relação ao trimestre anterior, mas cresceu em relação ao mesmo trimestre de 2016. Ainda, a população ocupada cresceu em relação ao trimestre anterior e ao mesmo trimestre do ano anterior, mas o número de empregados com carteira de trabalho assinada ficou estável frente ao trimestre anterior (abril-maio-junho de 2017) e caiu em relação ao trimestre de julho-agosto-setembro 2016. Por outro lado, os empregados sem carteira de trabalho assinada e de trabalhadores por conta própria cresceram em ambas comparações: há indícios de uma maior

precarização do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo com a expansão do número de motoristas Uber que realizaram viagens no último mês: aumentaram de cinquenta mil para quinhentos mil desde outubro de 2016.

Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese, revelou também tendência de queda da taxa de desemprego no início do segundo trimestre, mas o próprio boletim aponta que houve elevação do trabalho autônomo nas regiões metropolitanas, na comparação entre agosto de 2016 e agosto de 2017. Segundo o boletim, “em São Paulo, Salvador e no Distrito Federal houve crescimento de 12,7%, 15,4% e 17,8%, respectivamente, no número de trabalhadores autônomos”.

O Dieese também analisa que os resultados positivos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram uma pausa na destruição de postos formais de trabalho, mas não sua recuperação: os saldos positivos obtidos agora são bastante inferiores aos obtidos no mesmo período em anos anteriores à crise iniciada em 2015 e o ano de 2017 dificilmente se encerrará com saldo positivo, já que o mês de dezembro registra habitual-

mente saldo negativo de cerca de quinhentos mil postos, bem acima do acumulado até agora no ano.

É verdade que, com a Reforma Trabalhista, pode vir a aumentar a formalização no mercado de trabalho, com o simples fato de que relações de trabalho antes definidas como ilegais (como o contrato intermitente) passam a ser considerados legais. Isso leva ao fato de ter sido noticiado que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estuda realizar mudanças na PNADC para adequá-la às mudanças que ocorrerão no mercado de trabalho brasileiro a partir da entrada em vigor da Reforma Trabalhista, mas ainda não há definições. Com novas formas de contratação como o contrato intermitente (em que o trabalhador pode ter um contrato mas não ser chamado a trabalhar por longos períodos de tempo) ou a terceirização em atividades fim, os instrumentos de medição dos índices relativos ao mercado de trabalho precisam se adaptar.

### Impactos da Reforma Trabalhista na Previdência

Com a Reforma Trabalhista, aumenta a pressão para a realização de uma Reforma da Previdência, já que as mudanças trabalhistas reduzem as receitas da Previdência, por exemplo ao ampliar as possibilidades de pejetização, ainda que seja uma reforma menor que a almejada pelo governo Temer em um primeiro momento. Pesquisadores realizaram um cálculo das perdas para a Previdência causadas pela Reforma Trabalhista que ocorre com a pejetização de trabalhadores, bem como os ganhos com a formalização dos conta-própria e dos trabalhadores sem carteira. Por exemplo, com a pejetização (em que empregados com carteira do setor privado que contribuía no regime geral da Previdência migram para a contribuição do sistema Simples ou MEI), a Previdência Social perde, em média, 3.727,06 de reais de contribuição por ano por trabalhador representativo. Os pesquisadores então traçam três cenários que podem ocorrer com a vigência da Reforma Trabalhista:

- Cenário 1: pejetização intensa (20% dos trabalhadores assalariados do Regime Geral) e formalização tímida (5% dos trabalhadores conta própria e 5%

dos sem carteira, que não contribuía para a Previdência). Neste cenário, a Previdência deixaria de arrecadar em torno de 30 bilhões de reais ao ano.

- Cenário 2: pejetização (10%) e formalização (10% conta própria e 10% dos sem carteira). Nesse cenário intermediário a perda de arrecadação é de 13,5 bilhões de reais.

- Cenário 3: pejetização tímida (5%) e formalização intensa (20% conta própria e 20% dos sem carteira). Mesmo nesse cenário, o melhor do ponto de vista da arrecadação, o efeito negativo da pejetização mais do que contrabalança os efeitos positivos da formalização. O efeito final deste cenário ainda é negativo em quase 4 bilhões de reais no ano.

Assim, os pesquisadores provam que a Reforma Trabalhista impõe um enorme desafio para o financiamento da Previdência Social.

Mas tais estudos não ganham destaque na mídia. Ganham destaque, ao contrário, declarações de “especialistas” que afirmam que a Reforma Trabalhista trará a modernidade ou do ponto de vista de juristas como o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, que em entrevista publicada pela *Folha de São Paulo*, defendeu a Reforma Trabalhista.

### Medida Provisória 808/2017

Temer assinou na semana passada a Medida Provisória 808/2017, que altera regras da Reforma Trabalhista. O Congresso Nacional terá até 120 dias para aprovar, mudar ou rejeitar os ajustes promovidos pelo governo. Com a nova regulamentação, por exemplo, o cálculo dos valores a serem pagos em casos de condenação por danos morais levarão em consideração os valores dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social e não mais o último salário recebido pelo trabalhador.

Especialistas apontam que Temer não alterou o fim da contribuição sindical com a MP, o que mantém o problema do financiamento desses importantes atores de defesa dos direitos dos trabalhadores. São problemáticos ainda o ponto que esclarece que aqueles trabalhadores com contrato intermi-

tente não possuem direito ao seguro desemprego; a permissão as gestantes de atuarem em serviços insalubres de grau médio ou mínimo, se for da vontade delas, munidas de laudo médico que autorize o trabalho e o fato de que, na área da saúde, a jornada 12x36 pode ser definida por acordo individual.

### O panorama para a luta contra a desigualdade

O governo Temer, em geral, tem tomado medidas que favorecem as camadas mais altas da sociedade, tais como isenções fiscais e perdão de dívidas concedidos a grandes proprietários. Por outro lado, medidas como a Reforma Trabalhista, que retiram direitos dos trabalhadores, são claramente prejudiciais para as classes populares. Com tais medidas, Temer cumpre à risca as propostas do documento “Ponte para o Futuro” e mostra de que lado está na luta de classes e o Brasil - que tinha reduzido a desigualdade social durante os governos petistas - agora consolida medidas que ampliam as desigualdades.

Medidas semelhantes foram aplicadas em outros países a partir da ascensão do neoliberalismo, gerando como resultado a ampliação das desigualdades no mundo dito desenvolvido, o que inclusive foi objeto de diversas pesquisas que se tornaram famosas nos últimos anos como as pesquisas do

economista francês Thomas Piketty. As isenções tributárias às classes altas combinadas com medidas de flexibilização do trabalho, em todo o mundo, têm ampliado as desigualdades. Reformas trabalhistas como a brasileira produzem mundo afora resultados negativos. Na Alemanha, na Espanha, no Reino Unido, na Itália, no Chile e no México os resultados das reformas não comprovam o discurso da modernização, propagado pelos defensores da flexibilização. Pelo contrário, têm gerado efeitos danosos no mercado de trabalho, na estrutura social e na desigualdade. Também, nos mesmos países, com as reformas ocorreu uma fragilização das instituições judiciais e fiscalizadoras e uma ampliação da judicialização, exceto no Reino Unido, país em que a reforma introduziu cobrança de tarifas para o acesso à Justiça do Trabalho, até então gratuito, com ônus para o ajuizamento de ações e para a continuidade das já propostas. De imediato, houve queda de 79% nas reclamações trabalhistas, impactando em especial os mais vulneráveis: mulheres, trabalhadores mal remunerados e ocupados em empregos precários.

No Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, não é prioridade o combate à desigualdade social, em especial pelo caminho tomado a partir das medidas atuais. Notícia ruim para os trabalhadores brasileiros.